

Diagnóstico das Escolas de Comunicação do Amazonas: Resgate Histórico¹

Ivanildo P. dos SANTOS Jr.²

Elizabeth CAVALCANTE³

Faculdade Martha Falcão, Manaus, Amazonas

RESUMO

Este é o primeiro artigo ligado ao projeto *Diagnóstico das Escolas de Comunicação do Amazonas*, que prevê três etapas de realização, por meio do Programa de Iniciação Científica do CNPq. Neste primeiro momento concentra-se a revisão bibliográfica em torno do termo escolas de comunicação e o registro de alguns dos principais documentos que deram origem aos cursos de comunicação social no estado do Amazonas, no intuito de resgatar uma História que ainda não logrou refletir sobre si mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas de Comunicação; História; Amazonas

1. Introdução

O surgimento das escolas de comunicação no Brasil e no mundo não poderia estar dissociado do desenvolvimento dos inventos ou marcos tecnológicos advindos da revolução industrial e que influenciaram a atividade jornalística, bem como das fases de maturação das chamadas ciências da comunicação, e ainda, de alguns aspectos sócio, econômicos e culturais preponderantes no fenômeno da proliferação de faculdades particulares, na década de noventa.

Abordando o assunto por partes, nestas três proposituras, pode-se, em primeiro lugar, assinalar que, muito embora a história demonstre haver um rudimento da atividade jornalística em estruturas antigas que se confundem até mesmo com o nascimento da escrita e da milenar atividade dos escribas, o processo de comunicação vinculado à notícia passa pelo impacto de mutações tecnológicas significativas até experimentar a maturação que leva à necessidade de formação. Trata-se, por suposto, de uma atividade pujante e dinâmica que

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do Intercom Júnior - VII Jornada de Iniciação Científica Em comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do Curso de Jornalismo da Faculdade Martha Falcão, email: cafurao@uol.com.br.

³ Orientador do trabalho. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM, 2005). Produziu dissertação sobre a Indústria Fonográfica no Amazonas como bolsista do CNPq. É bacharel em Comunicação Social pela UFAM, habilitação Jornalismo, Professora Universitária e Assessora de Imprensa da Secretaria de Estado da Fazenda-AM. E-mail: elizabethdcavalcante@hotmail.com.

permeia desde as viagens mitológicas de Homero, à consagração dos evangelhos cristãos até os dias de hoje, com a comunicação virtual.

Em uma perspectiva de distribuição da informação, Sodré (apud Drucker, Peter. 2002: p. 13) assinala a invenção da ferrovia, no início do século vinte, como aquela que proporcionou uma efetiva mudança social na economia, na política e no cotidiano das pessoas, pois “unificou nações e mercados, modernizando processos e mentalidades”.

Hodiernamente, o poder de mobilidade e de circulação das informações revelam as infovias como as redes de distribuição sobre as quais estão sendo ditas, ainda, as primeiras palavras no que tange às suas bases materiais, tecnológicas, aos seus deslocamentos no espaço, mesmo o *cyberespaço*, e aos seus objetivos.

No aparente distante século XV, a invenção da máquina de Gutemberg, em 1440, é aquele apetrecho material sobre o qual se produziram livros, jornais, boletins e documentos em larga escala. Os primeiros jornais surgiram nessa época. Eles saem como publicações periódicas e frequentes na primeira metade do século XVII, na Alemanha, berço de Gutenberg (COUTO & FRITZEN, 2006).

A produção de jornais em impressoras a vapor e a utilização da publicidade para cobrir parte das despesas dos periódicos permitiram que o preço dos impressos caísse, possibilitando que um número maior de pessoas tivesse acesso aos jornais, mudando o panorama do público leitor. O jornalismo tornava-se cada vez mais uma prática profissional e comercial (TAVARES, 2003).

A maturação da atividade, que se dá no bojo das grandes redações, e na distribuição com maior largueza do material noticioso, e a necessidade crescente de especialização, estimulou, no começo do século XX, o processo de profissionalização dos jornalistas. Os profissionais passaram, eles mesmos, a buscar uma formação e surgiu a necessidade de suprir essa necessidade. Isso levou à criação dos cursos e ao ensino específico do jornalismo.

Trata-se, pois, de um tema apropriado à reflexão este em torno da origem das escolas de comunicação no estado do Amazonas, e que leva naturalmente a uma revisão do surgimento das primeiras escolas de comunicação social no mundo e no Brasil.

No Brasil, curiosamente essa história se inicia em plena ditadura – um paradoxo, pois o direito à liberdade de expressão movia-se no interior do engessado pragmatismo militar.

No Amazonas, o surgimento da primeira escola de comunicação se deu em 1969, sob o impacto da criação da zona franca de Manaus, que, desde 1967 havia transformado substancialmente a vida da capital amazonense, após mais de meio século de estagnação regional sobrevinda de uma vivência fundada nas lembranças de uma época complexa e contraditória - a da economia da borracha.

Mesmo sendo uma economia extrativa, de caráter exportador, com quase nenhum acréscimo de valor agregado, conseguiu colher o fruto da mobilização intelectual de um grupo de engenheiros, médicos, advogados e militares que, em 1909, lançaram-se no desafio de criar a primeira Universidade Brasileira: a Escola Universitária Livre de Manáos.

A escola de comunicação, no Amazonas, é resultado, por um lado, de luta firme e generosa de velhos jornalistas, agrupados em torno do sindicato dos jornalistas e, por outro, por forte demanda que começava a nascer, a partir das novas gerações interessadas por um leque mais amplo de habilitações.

Os anos noventa viram acontecer o fenômeno da explosão de novas universidades ou agrupamentos de cursos superiores e em quase todos eles estão presentes os cursos de comunicação social.

2. As primeiras escolas de comunicação

A mais antiga escola de jornalismo no mundo é da Universidade do Missouri, nos Estados Unidos, fundada em 1908. Walter Williams, o fundador da escola, foi o presidente da associação de imprensa do Missouri aos 25 anos de idade, e logo percebeu a necessidade de uma educação profissional para o jornalista. Outras iniciativas logo se seguiram.

Pulitzer, por exemplo, impulsionou a criação da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia (no Estado de Nova Iorque), que instituiu um curso de jornalismo ao nível de mestrado. Esta escola, em sintonia com outras escolas, departamentos e cursos universitários de jornalismo, criados, nos EUA, a partir do último quarto do século XIX, e na Europa, a partir de 1806 (embora a primeira cátedra europeia em Jornalismo tenha sido criada apenas em 1916, na Universidade de Leipzig) terá contribuído não apenas para conferir um melhor estatuto social e uma maior dignidade profissional aos jornalistas e ao jornalismo como também para a profissionalização e para a definição dos jornalistas como corpo profissional autônomo (SOUSA, 2006).

Na América Latina, as primeiras iniciativas de implantação do ensino superior na área ocorreram no Brasil e na Argentina, na década de 1940, e na Venezuela, Colômbia, Cuba, Equador, México e Peru nos anos 50 (COUTO & FRITZEN, 2006).

a. A Escola de Columbia

O ensino do jornalismo experimentou um grande desenvolvimento com a criação da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, no Estado de Nova York, Estados Unidos.

A escola foi fundada em 1912 e idealizada pelo jornalista Joseph Pulitzer, dez anos após a sua proposta inicial de uma escola de jornalismo de referência para o mundo.

Esta propositura foi feita quando Pulitzer escreveu “A Escola de Jornalismo”, em 1904, que marcava uma luta pessoal do autor, no momento exato em que recebia inúmeras objeções àquela iniciativa.

Pulitzer e toda a sua crítica à aptidão natural, bem como a sua exaltação à necessidade de treinamento e aprendizado é um marco reflexivo na luta mundial pela configuração das escolas de comunicação, no mundo.

No projeto, demonstrava preocupar-se com a formação teórica do aluno, considerada generalista. Para ele, o profissional de jornalismo deveria saber um pouco sobre todos os assuntos. “O conteúdo da Faculdade de Jornalismo será buscado penetrando neste esquema geral da universidade criado com a intenção de cobrir todas as carreiras e atividades, para escolher e focar somente no que os jornalistas precisam, sem perder tempo com o que não é necessário” (PULITZER, 1912). Além disso, seu projeto visava à formação ética do profissional. Para Pulitzer, o jornalismo era uma espécie de serviço público:

(...) A ideia de trabalhar para a comunidade, não para o negócio, não para si mesmo, mas para o público em primeiro lugar, é que precisa ser ensinada. A Escola de Jornalismo deveria ser, na minha concepção, não apenas não comercial, mas anticomercial. Deve exaltar princípios, conhecimento e cultura, às custas do interesse comercial se preciso for. (PULITZER, 1912).

Dessa forma, o jornalista deveria ter sempre o bem comum em mente e trabalhar em prol desse bem, ignorando qualquer interesse comercial (ou pelo menos colocando-o num plano secundário).

Pulitzer preconizou ainda: “O poder de mudar o futuro da República estará nas mãos das futuras gerações de jornalistas”. No século XXI, a Escola de Jornalismo de Columbia mantém-se fiel às ideias do seu idealizador.

a. As escolas de comunicação no Brasil

A história dos cursos de jornalismo no Brasil inicia-se em São Paulo, em 1947, quando da implantação do curso na Fundação Cásper Líbero e, logo depois, na Universidade do Brasil (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Os primeiros currículos dos cursos de Jornalismo privilegiavam disciplinas técnicas, ainda que oferecessem algum conteúdo que reforçasse o conhecimento do aluno na área de humanas. A proposta era ajudar a imprensa brasileira, que estava se profissionalizando e expandindo. As mudanças curriculares se sucederam nos anos seguintes e, em 1950, já se encontravam doze cursos em funcionamento no país (SOUSA & SOURES, 2006).

A criação da primeira faculdade de jornalismo do Brasil partiu do testamento de Cásper Líbero, pioneiro empresário e jornalista paulistano, que construiu, entre as décadas de 1920 e 1940, a empresa jornalística mais moderna da América Latina, em termos de administração, equipamentos gráficos e perfil editorial: *A Gazeta*. Ao se envolver diretamente na formação dos futuros jornalistas, Cásper também tinha em vista a administração do seu próprio empreendimento (HIME, 2005).

As viagens ao Exterior deram-lhe o empurrão que faltava. Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, teve oportunidade de conferir de perto como se dava na prática o tão sonhado curso de jornalismo e as diversas formas de executá-lo. O diálogo entre os diferentes modelos refletiu-se nas breves indicações deixadas em testamento, que apontam para um curso fundamentado nas ciências humanas, mas com aulas práticas conduzidas nos jornais e rádio da fundação recém-criada. Um aspecto inusitado teria sido desprezado quando da fundação da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero: não se trataria apenas de um curso em nível universitário, mas começaria no secundário (atual ensino médio), como um curso técnico, a ser complementado em estudos universitários. O empresário, contudo,

não teve tempo de desenvolver e implementar o modelo do curso tão sonhado, tendo falecido em acidente de avião em agosto de 1943 (HIME, 2005).

A criação da Associação Paulista de Imprensa (API), em 1908, promoveu discussões sobre a capacitação dos jornalistas e a sua formação cultural. A questão da escola de jornalismo é retomada. Entre as propostas relatadas estão a de realizar provas eliminatórias de aptidão para ingresso no curso de jornalismo. Os cursos, aliás, deveriam ser dirigidos não apenas aos interessados em ingressar na profissão, mas aos que, já estando nela, precisassem se aperfeiçoar. O Congresso recomenda ao sindicato nomear uma comissão de três jornalistas, um pedagogo e um técnico em ensino profissional, para a elaboração do programa da futura escola, bem como efetuar os estudos necessários para a criação e manutenção da escolar (HIME, 2005). Escola esta que só veio a ser implementada após a morte de Cásper Líbero, em 1947.

Em 1951, é criada a primeira escola de propaganda, a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), com o apoio do empresário Assis Chateaubriand. Outras instituições de destaque fundadas nesse período são a Faculdade de Comunicação de Massa em Brasília, e o Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM) em Recife, criado por Luiz Beltrão.

b) A influência dos periódicos na necessidade de formação

O Brasil, de acordo com Hohfeldt & Valles (2008: p. 25), só começou a ter periódicos da área de comunicação social ao longo da primeira metade do século XX, com as “revistas do rádio” dos anos 30 ou boletins e periódicos ligados ao cinema. Nos anos 70 surge a preocupação social a respeito dos meios e a sua inserção social, iniciando assim um novo tipo de publicação de periódicos no país. A história destes periódicos no Brasil, que pode ser dividida em três fases, também influenciou a necessidade de formação profissional.

A primeira fase (1965-1980) caracteriza-se pela grande participação de grupos empresariais na publicação de periódicos, como os grupos Bloch e Globo. Esses periódicos buscavam, sobretudo, a formação de mão-de-obra e/ou qualificação dos profissionais dos grupos e empresas editoras. Ao longo desse período, surgem também os periódicos de grupos de pesquisa e das faculdades e departamentos de comunicação. Outra característica dessa fase é a curta duração dos periódicos: 36% não ultrapassaram o primeiro ano.

A segunda fase (1981-1995) é de declínio dos periódicos de comunicação patrocinados por empresas, na década de oitenta. A consolidação da formação acadêmica e os cursos de treinamento das empresas foram responsáveis por ocupar os espaços das novas iniciativas editoriais. Já os periódicos de âmbito acadêmico se consolidam definitivamente.

Na terceira fase, que se inicia em 1996 e vai até o momento, experimenta-se o advento da mídia eletrônica. O formato digital experimentou sua ascensão devido ao seu dinamismo e ao menor custo de produção, além da facilidade e rapidez em termos de acesso.

Esta última fase mexe, em grande parte, com as grades curriculares dos cursos de comunicação social, exigindo formação compatível com o mercado na área de mídias digitais, artes gráficas e comunicação *on line*.

3. Trajetória das ciências da comunicação no Brasil

A história das ciências de comunicação no Brasil divide-se em cinco fases, segundo Hohfeldt & Valles (2008, p. 13-19): Desbravamento (1873-1922), Pioneirismo (1923-1946), Fortalecimento (1947-1963), Consolidação (1964-1977) e Institucionalização (1978-1997).

A imprensa brasileira teve sua implementação oficial com a chegada da família real portuguesa em 1808. Esse período, considerado de desbravamento, foi objeto de estudo de pesquisadores que realizaram inventários sobre a imprensa no regime colonial. Os estudos, no entanto, ainda se restringiam ao território do ensaísmo.

O estudo realizado por Barbosa Lima Sobrinho sobre a liberdade de imprensa em 1923 (o primeiro tratado de teoria do jornalismo brasileiro) é o marco inicial do segundo período – o pioneirismo - caracterizado pelo surgimento desse campo particular de pesquisa. Em 1935, a primeira Cátedra de Jornalismo é criada, na Universidade do Distrito Federal – porém a Universidade veio a ser fechada. Entre 1942 e 1943 são abertos cursos de Jornalismo no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente.

No período do fortalecimento ocorre a implementação das escolas de jornalismo já mencionadas. E o quarto período, o da consolidação, se caracteriza pela influência da indústria cultural. As escolas e faculdades de jornalismo mudam seus nomes para faculdades de comunicação e passam a se interessar mais pelos fenômenos comunicacionais. Surgem revistas dedicadas à reflexão crítica sobre a comunicação de

massa. A Universidade de São Paulo cria uma unidade voltada exclusivamente para a comunicação, a ECA (Escola de Comunicação e Artes), que formou os primeiros doutores na área.

Com os vários centros acadêmicos surgindo, aparece também a necessidade de intercomunicação entre eles, para intercambiar experiências. No período da institucionalização, ocorrem as primeiras tentativas de encontros e associações acadêmicas. As primeiras experiências, como a ABEPEC (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação) ou o I Curso Nacional de Ciências da Informação, não foram adiante. Mais bem sucedidas foram as entidades criadas posteriormente, como a INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), a ABECOM (Associação Brasileira de Escolas de Comunicação) e COMPOS (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação).

a) Fases de estudo e principais escolas de influência

Em uma tentativa de montar um encadeamento cronológico do caminho percorrido pelos pesquisadores brasileiros da comunicação, são ainda Hohfeldt & Valles (2008: p. 20-25) que destacam as seguintes fases:

1) Estudos históricos e jurídicos - Período que se inicia no final do século XIX e se projeta até a década de 30 do século XX. Caracteriza-se pela preocupação dos historiadores em registrar a memória da imprensa.

2) Pesquisa mercadológica - Ocorre entre as décadas de 1940 e 1950, e foi influenciado pelas transformações na estrutura produtiva brasileira. A pesquisa sobre os processos de comunicação segue os parâmetros da sociologia e economia. Cresce o número de agências de propaganda e surgem as agências de pesquisa de opinião pública e de mercado.

3) Comparativismo e difusionismo - Ocorre na primeira metade da década de 1960, após a consolidação dos cursos de jornalismo e da influência direta da universidade nos projetos de pesquisa em comunicação.

4) Deslumbramento e apocalipse - Essa fase é influenciada diretamente pelo golpe militar de 1964. É caracterizada pelo retrocesso na produção crítica nas universidades e pelo surgimento da indústria cultural.

Há forte influência dos modelos teóricos europeus, como o da Escola de Frankfurt e do núcleo de semiótica de Milão. Os pesquisadores tomam a indústria cultural como objeto de estudo.

5) Legitimação acadêmica - O enfraquecimento do regime militar e o início da abertura política possibilita a retomada das pesquisas científicas, já a partir da segunda metade da década de 1970. São criados cursos de pós-graduação nas principais universidades do país. A comunicação se torna objeto de estudo, mas os pesquisadores não lhe dão tratamento teórico e metodológico específico.

6) Politização dos estudos de comunicação - Ocorre o início da transição democrática. A visão dos pesquisadores se amplia: não mais restritos apenas ao funcionalismo norte-americano ou à Escola de Frankfurt, eles partem para a análise marxista ou para o socialismo cristão, através da teologia da libertação. Ainda nessa fase, a INTERCOM promove a articulação dos pesquisadores da comunicação.

4. As escolas de comunicação no Amazonas

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), fundada em 1962, implantou a primeira escola de comunicação social no Estado, em 1969, de acordo com a Resolução no. 02/69 do CONSUNI.

Poucos anos antes, em 1967, foi promulgada no país a Lei de Imprensa para regulamentar a profissão de jornalista. A Lei instituiu que apenas os formados em cursos superiores poderiam exercer a função de jornalista – uma antiga reivindicação da classe, só então atendida. A criação do curso seguiu um curioso padrão de estabelecimento de escolas de comunicação no Brasil justo no período da ditadura militar, como já comentado (BARBOSA apud BARBOSA & TAVARES, 2011).

Não era mais possível ao governo segurar o processo de transformação da universidade, seja pela pressão exercida pelas classes médias no sentido da ampliação da oferta, seja pelas próprias necessidades do projeto de modernização econômica que se pretendia implementar no país (BARBOSA apud BARBOSA & TAVARES, 2011).

Não é, portanto, de forma alguma gratuito o fato de que o governo militar tenha, desde o início, se empenhado na reorganização do ensino superior, assumindo a liderança

do seu processo de modernização. (MENDONÇA, 2000). O governo, ao estabelecer essas escolas, tentava amenizar o clima de censura presente no país. Essa iniciativa também visava manter sob controle essas mesmas escolas.

Em entrevista concedida a então acadêmica do curso de Relações Públicas da UFAM, Francielma da Costa Barbosa, em 2011, o ex-reitor da UFAM, Dr. Walmir de Albuquerque Barbosa e primeiro coordenador do curso de Comunicação Social da UFAM, detalhou o contexto histórico do Brasil na época do surgimento das escolas de comunicação:

Era uma aspiração antiga da categoria, de luta, que é o reconhecimento da profissão de jornalista. 1969. Então, o governo, através de um decreto-lei (*institui*) a Lei de Imprensa, a chamada Lei de Imprensa, que foi objeto dessa discussão mais recente, e que regulamenta a profissão de jornalista. E diz que os jornalistas profissionais serão, primeiro, a partir daquela data, depois de um prazo dado pela lei, eles só poderiam exercer a profissão se formados num curso superior de jornalismo. (...) É engraçado, a ditadura de certo modo pegou uma reivindicação antiga talvez, para simpatizar e amenizar o próprio clima de censura que estava estabelecendo na própria, e também através dos cursos de jornalismo eles também poderiam controlar, tanto a formação quanto o exercício profissional, porque tinha o registro e tudo. Então eram coisas que a gente, depois, começa a deduzir.

O dr. Barbosa também explicou como ocorria a prática do jornalismo no Amazonas, antes do curso de Comunicação Social ser implementado:

“(...) o curso foi criado em 69 pelo Jauari (*reitor da universidade na época, Jauari Marinho*) e, atendendo também às reivindicações do sindicato dos jornalistas do Estado do AM e o sindicato dos patrões, porque naquele momento Manaus não tinha um curso de jornalismo. A quem diziam contratar, como ficaria a situação do pessoal? Normalmente, quem era jornalista aqui era o pessoal que fazia como trampolim, estudantes de direito, político, e coisa assim, mas não era do batente. Pra contratar pessoalmente teria que ter o curso.”

Estabelecido com duração de quatro anos, o curso de Comunicação Social – Jornalismo, inicialmente, tinha apenas a denominação genérica de Comunicação Social, e os formandos recebiam uma habilitação genérica que possibilitava exercer as mais variadas funções. Eram dadas as disciplinas de várias habilitações, e o profissional formado poderia ser contratado como relações-públicas, editor ou jornalista. Era seriado, com duração de quatro anos e, devido à falta de professores qualificados na região, professores da USP e da UNB tiveram de vir à Manaus para completar o quadro de profissionais. O curso sofreu uma reformulação curricular em 1972, conforme Resolução 015/72 do CONSUNI. Com a reforma, alguns anos depois, o curso recebeu a nova denominação de Comunicação Social

com habilitação em Jornalismo. O reconhecimento do curso só aconteceu três anos após a formatura da primeira turma, em 1977 (BARBOSA apud BARBOSA & TAVARES, 2011).

Em 1977, o curso de graduação foi transformado novamente e as habilitações específicas em Jornalismo e Relações Públicas foram criadas. A Resolução 005/77, responsável por essa divisão, reconheceu, após pesquisa, a necessidade do mercado local de oferecer essas duas habilitações de forma separada (BARBOSA apud BARBOSA & TAVARES, 2011).

De acordo com o blog “Dossiê RP: Memórias das Relações Públicas no Amazonas”, criado em 2011 com o objetivo de resgatar a história do curso de Relações Públicas da UFAM, muitos estudantes de Jornalismo demonstravam interesse pela habilitação de Relações Públicas. Além disso, já havia, à época, mobilização da Associação Amazonense de Relações Públicas, instituída em 1963, para a criar a nova habilitação. Na própria UFAM foram, então, ministradas disciplinas de RP em outras graduações, e minicursos durante as décadas de sessenta e setenta.

O governo militar também teve grande influência no estabelecimento das Relações Públicas como curso universitário. O exército brasileiro, tendo herdado sua organização das forças militares norte-americanas, percebeu a força e importância das relações-públicas nos Estados Unidos e passou a querer replicar essa estrutura aqui, também motivados, em parte, pelo desejo de melhorar a imagem da ditadura (BARBOSA apud BARBOSA & TAVARES, 2011).

Ainda nesse mesmo ano, os currículos de ambos os cursos foram estabelecidos e a universidade, reconhecendo a importância da prática da atividade jornalística para a formação do profissional, instituiu o Jornal Laboratório do curso de Comunicação Social. A princípio intitulado “ZERO”, o informativo era em formato de tabloide e com circulação inicial de 4.000 exemplares. A Resolução 018/77, a mesma que criou o Jornal Laboratório, também estabeleceu que as atividades do jornal se constituiriam em treinamento-estágio para os acadêmicos de Jornalismo (BARBOSA apud BARBOSA & TAVARES, 2011).

a) A eclosão das faculdades particulares

Até 1968 – início da grande Reforma Universitária que implantou o sistema atualmente vigente, impulsionado pelo regime militar – o sistema universitário brasileiro estava dividido entre universidades públicas financiadas pelo Estado (aproximadamente 31

universidades) e universidades privadas de caráter confessional. Na década de sessenta a pressão social por vagas no ensino universitário era muito grande, continuamente havia manifestações e mobilizações dos alunos que tinham conseguido entrar na universidade mas não estudavam, pois não havia vagas, os famosos “excedentes” (CALDERÓN, 2000).

Ao contrário dos demais países da América Latina que, diante das demandas de democratização do ensino acabaram massificando as universidades públicas, o regime militar optou pelo investimento financeiro na formação de uma universidade pública de elite, voltada para a pesquisa. Isso acarretou a implantação de programas de pós-graduação, a institucionalização da pesquisa acadêmica, a criação de estímulos para o desenvolvimento de pesquisas e obtenção de graus acadêmicos, e a manutenção de um número estável e restrito de alunos, impedindo desta forma a sua massificação. Paralelamente, optou por incentivar a criação de um sistema de ensino superior de massa que atendesse à elevada demanda social, por meio de uma rede de estabelecimentos isolados sob a iniciativa privada, dedicada basicamente à transmissão de conhecimentos em grande escala. Os empresários da educação optaram por investir na criação de estabelecimentos isolados de pequeno porte e poucas foram as universidades mercantis criadas entre 1968 e finais dos anos oitenta, as quais proliferaram somente no início da década de noventa. Foram precisamente esses estabelecimentos isolados que posteriormente, na década de oitenta, se transformaram em federação de escolas ou escolas integradas, e muitas delas adotaram o *status* de universidade (CALDERÓN, 2000).

Em meio a esse contexto surgiram os novos cursos de comunicação no Estado do Amazonas, agora funcionando nas faculdades particulares.

b) Os cursos de comunicação social que funcionam em Manaus

Universidade Nilton Lins

A Uni Nilton Lins abriga o mais antigo curso de Comunicação Social em faculdade privada de Manaus. Estabelecido através do Decreto de 10 de fevereiro de 1995, o curso já entrou em funcionamento oferecendo as habilitações de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas. Mas somente a habilitação de Jornalismo mantém o curso aberto nos dias de hoje.

Sempre na dependência de formação de novas turmas - o que envolve estratégias de marketing junto ao público do ensino médio - os cursos de Publicidade e

Propaganda e Relações Públicas acabaram não prosperando. A habilitação PP encerrou-se em 2009 e a habilitação RRPP, em 2010.

O curso de Jornalismo, por sua vez, já teve quatro grades curriculares: uma em 1996, quando da formação da primeira turma, outra em 2002, mais uma nova mudança em 2005 e a mais recente é de 2008. Todas as reformulações deram-se no intuito de adequar os alunos das antigas habilitações a uma grade de jornalismo que lhes permitisse a conclusão da graduação.

Centro Universitário do Norte – UNINORTE

O curso de Comunicação Social da UNINORTE oferece três habilitações: Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Radialismo. A primeira, de PP, é a mais antiga, tendo sido instituída em 2002, pela portaria no. 372, de 6 de fevereiro. Jornalismo iniciou-se em 2004, Radialismo em 2005, e ambas sofreram modificações nas suas grades curriculares em 2009.

Faculdade Boas Novas

A Boas Novas teve seu curso de Comunicação Social estabelecido em 2005, através da portaria de no. 3.118 do Ministério da Educação, datada de 9 de setembro de 2005. Oferece quatro habilitações: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Comunicação Institucional e Relações Públicas.

Faculdade Martha Falcão

A FMF iniciou seu curso de Comunicação Social em 2008, oferecendo as habilitações de Jornalismo e Publicidade e Propaganda. A portaria de no. 33, de 16 de janeiro de 2008, instituiu o curso, e a formatura das primeiras turmas ocorrerá em breve.

Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA

Esse é o mais recente curso de Comunicação Social de Manaus, tendo iniciado suas atividades em 2011. A portaria de inauguração do curso é a de número 367, de 29 de agosto de 2011, e o curso oferece uma única habilitação, a de Relações Públicas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francielma da Costa & TAVARES, Judy Lima. **A formação continuada dos egressos de relações públicas da UFAM**. Artigo submetido ao XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM). Universidade Federal do Amazonas, 2011.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Universidades Mercantis: A institucionalização do mercado universitário em questão**. PUC-SP, 2000.

COUTO, Nadia Regia Almeida & FRITZEN, Celdon. **Relações entre a história da imprensa e a formação do jornalista.** Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2006.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **Construindo a profissão de jornalista: Cásper Líbero e a criação da primeira escola de jornalismo do Brasil.** UniFIAM-FAAM: Faculdades Integradas Alcântara Machado – Faculdade de Artes Alcântara Machado, 2005.

HOHFELDT, Antonio & VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e história do jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação”.** Publicado na Coleção NUPECC – volume 2, Núcleo de Pesquisas em Comunicação – FAMECOS/PUC-RS, 2008.

Link “Linha do Tempo” do Dossiê RP: Memória das Relações Públicas no Amazonas. Disponível em <[http:// http://dossierp.wordpress.com/linha-do-tempo/](http://http://dossierp.wordpress.com/linha-do-tempo/)>. Acesso em 23/06/2012.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **A Universidade no Brasil.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Publicado na Revista Brasileira de Educação no. 14, maio/junho/julho, 2000.

PULITZER, Joseph. **A Escola de jornalismo: A opinião pública.** 1912. Série Jornalismo a Rigor, Volume 3. Editora Insular, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** 2ª. Edição revista e ampliada, Universidade do Porto, 2006.

SOUSA, Cidoval Moraes de, & SOURES, A. **Crítica de Mídia e ensino do Jornalismo: uma relação necessária.** In: Multicom Colóquios Multitemáticos em Comunicação, INTERCOM 2006, 2006, BRASÍLIA. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação UnB 6 a 9 de setembro de 2006. SÃO PAULO: INTERCOM.

TAVARES, Ana Rita Pires. **Jornalismo Investigativo.** Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, do curso de Comunicação Social. Universidade Luterana do Brasil. 2003.